



44

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Terceira Câmara Criminal

HABEAS CORPUS Nº: 0333124-2

AÇÃO ORIGINÁRIA N.º 0019648-61.2013.8.17.0001

COMARCA : Recife – 2ª Vara do Tribunal do Júri

IMPETRANTE : Aridelson José de Oliveira Silva

PACIENTE : Aridelson José de Oliveira Silva

RELATORA : Desª. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira

EMENTA:

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. ART.121, §2º, INCISO I C/C O ART. 14, INCISO II, AMBOS DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO. EXCESSO DE PRAZO PARA O TÉRMINO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. INOCORRÊNCIA. FEITO NA FASE DO ART.403, DO CPP. APLICAÇÃO DA SÚMULA N.º52 DO STJ. PEDIDO DE LIBERDADE PROVISÓRIA. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS. CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. INCABIMENTO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO VERIFICADO. DENEGADA A ORDEM. DECISÃO UNÂNIME.

I – Encerrada a instrução criminal superada está a alegação de excesso de prazo, por aplicação da Súmula n.º 52 do STJ.

II – A falta de documentação hábil a demonstrar que o paciente goza dos requisitos subjetivos da primariedade e dos bons antecedentes, impossibilita a comprovação de que o acusado ostenta os pressupostos autorizadores da liberdade provisória com ou sem pagamento de fiança, impondo-se o não deferimento da benesse. Precedentes do STJ.

III – Ordem denegada. Decisão unânime

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *Habeas Corpus* nº 0333124-2 no qual figuram como partes as



45

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Terceira Câmara Criminal

retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à **unanimidade, em denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 28 de maio de 2014.


Des^a. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Relatora



46

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Terceira Câmara Criminal

HABEAS CORPUS Nº: 0333124-2

AÇÃO ORIGINÁRIA N.º 0019648-61.2013.8.17.0001

COMARCA : Recife – 2ª Vara do Tribunal do Júri

IMPETRANTE : Aridelson José de Oliveira Silva

PACIENTE : Aridelson José de Oliveira Silva

RELATORA : Desª. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira

RELATÓRIO

ARIDELSON JOSÉ DE OLIVEIRA SILVA, qualificado à fl. 2, impetrou ordem de *Habeas Corpus* liberatório, com pretensão liminar, em seu próprio favor, sob a alegação de que vem sofrendo constrangimento ilegal por **excesso de prazo**, uma vez que se encontra encarcerado há mais de 01 (um) ano sem que tenha se verificado o encerramento da instrução criminal do processo-crime nº **0019648-61.2013.8.17.0001**, a que responde perante a 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca da Capital, como incurso nas penas do art. 121, §2º, inciso I c/c o art. 14, inciso II, ambos do Código Penal Brasileiro.

Além disso, o impetrante/paciente alega inexistir motivos para a manutenção na sua prisão cautelar, ressaltando que o mesmo faz jus à liberdade provisória, mormente porque não se verifica, nos autos, qualquer elemento fático que autorize a decretação da custódia preventiva.

A inicial veio desacompanhada de documentos.

Às fls. 10/11, o eminente Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção indeferiu o pleito liminar, solicitando informações à autoridade coatora, que as prestou às fls.18/33.

Instada a se manifestar, a douta Procuradoria de Justiça ofereceu parecer da lavra da Dra. Laíse Tarcila Rosa de Queiroz, opinando pela denegação da ordem (fls.36/38).



47

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Terceira Câmara Criminal

Está feito o relatório.

Recife, 28 de maio de 2014


Des^a. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Relatora



48

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Terceira Câmara Criminal

HABEAS CORPUS Nº: 0333124-2

AÇÃO ORIGINÁRIA N.º 0019648-61.2013.8.17.0001

COMARCA : Recife – 2ª Vara do Tribunal do Júri

IMPETRANTE : Aridelson José de Oliveira Silva

PACIENTE : Aridelson José de Oliveira Silva

RELATORA : Desª. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira

VOTO

Trata-se de ordem de *habeas corpus* liberatório onde o impetrante/paciente alega excesso prazal para a conclusão da instrução criminal ensejando constrangimento ilegal, bem assim ausência de fundamentação do decreto preventivo.

Quanto ao excesso de prazo alegado na inicial mandamental, em consulta ao sítio eletrônico deste Sodalício, vê-se o feito alcançou a fase procedimental estatuída no art.403¹, do Estatuto de Ritos Penal, configurando, via de consequência, o encerramento da instrução criminal.

À vista de tais circunstâncias, resta superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo pertinente à ação penal em apreço, *ex vi* do disposto na Súmula 52/STJ, *in verbis*:

Súmula nº 52/STJ – “Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo”.

De outra banda, igualmente não merece prosperar a alegação de que inexistem motivos para a manutenção na sua prisão cautelar, ao argumento de que faz jus à liberdade provisória, mormente porque não se verifica, nos autos, qualquer elemento fático que autorize a decretação da custódia preventiva.

¹ Art. 403. Não havendo requerimento de diligências, ou sendo indeferido, serão oferecidas alegações finais orais por 20 (vinte) minutos, respectivamente, pela acusação e pela defesa, prorrogáveis por mais 10 (dez), proferindo o juiz, a seguir, sentença.



49

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Terceira Câmara Criminal

Cumpre esclarecer, de logo, que o subscritor/paciente da peça inaugural não logrou êxito em demonstrar que preenche os pressupostos necessários à concessão do prefalado benefício, uma vez que não juntou prova documental demonstrando ser primário, gozar de bons antecedentes, ter endereço certo e profissão definida.

Bem de ver que cabe ao impetrante o ônus de instruir o *mandamus* com as peças necessárias ao conhecimento da matéria, sendo de bom alvitre salientar, por oportuno, que a via estreita do *habeas corpus* não comporta dilação probatória, devendo o mesmo vir instruído com todas as provas que sustentem as alegações nele contidas.

Destarte, à míngua de documentos trazidos com a impetração que demonstrem, extreme de dúvidas, que o denunciado faz jus à concessão do benefício postulado, torna-se, de plano, incabível o deferimento da pretensão mandamental.

Sobre o tema, a propósito, o Superior Tribunal de Justiça, assim decidiu:

"Não tendo a defesa comprovado a residência fixa e a ocupação certa, não deve ser concedida a liberdade provisória. Ordem denegada." (HC 75.501/DF, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 20.11.2007, DJ 10.12.2007 p. 448)

Ante o exposto, em consonância com o posicionamento ministerial, voto pela **denegação** da ordem.

Recife, 28 de maio de 2014.


Des^a. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Relatora